



BOLETIM INFORMATIVO – JUNHO 2016

Edição nº. 08 - Ano 22 - CRC/RS 3.112

EMPRESÁRIO E CONTADOR, UM PASSO ALÉM DA PARCERIA

É recorrente ouvirmos professores, palestrantes e empresários destacarem a importância da sintonia entre o gestor da empresa e o contador responsável. Pretende-se demonstrar a seguir, que esta sintonia vai além do fato de que o empresário deve compreender e assimilar o princípio contábil da entidade e a importância do envio correto dos documentos a serem processados.

Em uma leitura preliminar isso parece óbvio, mas a prática demonstra que nem sempre ambos são considerados. O princípio da entidade prevê que o patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios ou proprietários, o que de forma prática quer dizer, por exemplo, que a conta corrente em nome da pessoa jurídica não deve receber pagamentos de despesas pessoais dos sócios.

O ponto mais crítico nas empresas de contabilidade, e que dificulta a correta escrituração contábil, é a falta de envio correto dos documentos relativos as operações da empresa. De acordo com recente pesquisa divulgada por uma empresa de software contábil, 80% das declarações são retificadas após o seu envio, e o principal motivo é este: a entrega tardia de parte dos documentos que deveriam ser contabilizados.

Assim, aproveitando-se do conhecimento do contador e por meio de reuniões periódicas, o empresário precisa se conscientizar sobre a importância de compreender as questões relativas a tributação e os reflexos da contabilidade no dia a dia da empresa. Já não há mais espaço para o empresário que acredita que o contador é capaz de resolver todas as situações em nome da empresa.

As informações transmitidas online, o aperfeiçoamento e cruzamento desses dados, bem como as inúmeras obrigações acessórias a que as empresas estão submetidas, sugerem que os dados sejam tratados na origem, de modo a necessitar de mão de obra técnica especializada e conhecimento básico do empresário para gerir também estas informações, para tratar os dados ainda na empresa.

Essa análise demonstra que o profissional de contabilidade precisa conquistar a confiança do cliente, e uma das formas é investir em conhecimento técnico que possibilite a transmissão de informações com a segurança que o empreendedor precisa. Esta sinergia entre empresário e contador tende a proporcionar um resultado positivo no tocante à comunicação entre a empresa de contabilidade e seu cliente, de modo que facilite o correto envio da informação.

Atualmente, o contador precisa ter sensibilidade desde o momento da prospecção, pois é importante entender as necessidades apresentadas pelo potencial cliente, bem como conhecer sua estrutura e modo de administrar, para então avaliar se trará resultado positivo à empresa contábil, encaixando-se no modelo operacional e de comunicação aplicado.

Portanto, definir um padrão de trabalho, investir em conhecimento tanto do contador quanto da equipe, manter e monitorar os mais diversos canais de comunicação disponíveis no mercado são atitudes que tendem a proporcionar o sucesso na relação contador + empresário.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA NÃO IMPEDE EXECUÇÃO DE DÍVIDA CONTRA SEUS SÓCIOS

O fato de uma empresa estar em processo de recuperação judicial não impede que os sócios dessa mesma companhia respondam a outro processo de execução de uma dívida bancária da qual sejam os avalistas.

A decisão foi da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao analisar um conflito de competência proposto por uma fabricante de suplementos para alimentação animal, atuante em processo de recuperação judicial na 2ª Vara Cível de Rio Verde, no Estado de Goiás.

Na 29ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo (SP), os sócios dessa empresa respondem também a uma ação de execução de cédula de crédito rural, no valor de R\$ 1,5 milhão, garantida originalmente por 1.944,46 toneladas de soja a granel a serem pagas em quatro parcelas.

Conflito de Competência

Na ação de conflito de competência, os sócios pedem a suspensão da execução, alegando que o plano de recuperação apresentado inclui o pagamento da dívida. Pleiteiam ainda que a 2ª Vara Cível de Rio Verde seja declarada competente para julgar também a ação execução.

No voto, o relator do caso na Segunda Seção, ministro Marco Buzzi, aceitou o conflito de competência, mas determinou o prosseguimento da execução no Juízo de Direito da 29ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo (SP).

O ministro salientou que o processo de execução não foi ajuizado contra a fabricante de suplementos para alimentação animal, mas sim contra os sócios da empresa, identificados como avalistas da dívida.

Marco Buzzi ressaltou que o entendimento do STJ “prevê que os credores do devedor em recuperação judicial conservem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso”. No caso em análise, no entanto, a empresa em processo de recuperação é limitada, “respondendo os seus sócios tão somente ao valor das quotas integralizadas”.

“Logo, diversamente das sociedades em nome coletivo, onde a solidariedade é inerente à sua constituição, na sociedade limitada os sócios podem restringir as perdas, porquanto respondem somente pelo capital social, uma vez integralizado totalmente”.

O ministro ressaltou ainda que “o avalista é responsável por obrigação autônoma e independente, exigível inclusive se a obrigação for nula, falsa ou inexistente”.

“Logo, o deferimento do pedido de recuperação judicial não impede o prosseguimento de eventual execução movida em face de seus respectivos avalistas, tendo em vista o caráter autônomo da garantia cambiária oferecida”.

HORA NOTURNA



A CLT preceitua no art. 73 § 2º que o horário noturno é aquele praticado entre as 22:00 horas e 05:00 horas, caracterizado assim para o trabalhador urbano. A legislação, entendendo haver um desgaste maior do organismo humano, criou algumas variantes em relação à hora diurna. Uma redução de 7,30 minutos e segundos por hora. Dessa forma a legislação definiu que às 7 (sete) horas noturnas trabalhadas equivalem a 8 (horas).

Nesse caso um trabalhador só pode ter mais 1 (uma) hora acrescida à sua jornada, visando o período para descanso ou refeição.

Destarte, o empregado trabalha 7 (sete) horas, mas recebe 8 (oito) horas para todos os fins legais. Foi uma forma encontrada pelo legislador para repor o desgaste biológico que enfrenta quem trabalha à noite, sendo considerada um período penoso de trabalho.

SEGURIDADE SOCIAL: “BOLA DA VEZ” DA RECESSÃO

Como todos sabem, a legislação de Previdência Social que adotam os povos cultos foi inspirada no chamado modelo alemão, que Bismarck instituiu no final do século 19. Mais moderno, o modelo inglês, engendrado por Beveridge, é de cunho assistencial. Esse modelo busca conciliar a Previdência Social com a economia e, por essa razão, atrela o plano de proteção ao conjunto de ações que compõe a seguridade social, e, também, à busca do pleno emprego.

Em época de desemprego, nenhuma medida de Previdência pode descurar os efeitos sobre o mercado de trabalho. É que o modelo contributivo não pode sobreviver sem o aumento dos postos de trabalho e sem que a geração presente se disponha a financiar a Previdência da geração pretérita, esperando que a futura cuide dela.

A criação do fator previdenciário instaurou o conflito intergeracional, retendo nos seus postos a geração que já deveria deixar o mercado de trabalho, e, por conseguinte, impedindo que a nova geração de trabalhadores tivesse acesso àqueles lugares.

Não havendo a criação de novos postos de trabalho no mercado formal, as gerações mais novas buscam refúgio na informalidade, deixando de contribuir para o sistema de seguridade social e exigindo, no futuro, maiores dispêndios dos programas assistenciais.

A Alemanha percebeu, há bem pouco tempo, que deveria reduzir a idade para a aposentadoria dos trabalhadores a fim de que estes cedessem os postos de trabalho às novas gerações. Já o Estado brasileiro, com o seu fator previdenciário, quis prolongar a permanência dos trabalhadores em seus lugares para adiar o inadiável momento em que os mesmos irão exercer o seu direito previdenciário.

Ao déficit previdenciário (provocado, inclusive pelos desvios manifestos da DRU – Desvinculação das Receitas da União) vieram somar-se o fator previdenciário, que prolonga a permanência dos trabalhadores, já desgastados, na ativa e impede a natural substituição de gerações e as inexplicáveis desonerações da folha de pagamento, realizadas sem nenhum critério econômico ou atuarial.

Essa impressionante ausência de visão de conjunto do fenômeno da seguridade social transformou-se na “bola da vez” do modelo econômico da recessão, e ainda por cima causa manifestos prejuízos –permanentes prejuízos– aos que resolvem exercer o direito legítimo à aposentadoria, tendo cumprido o tempo legal para obtenção do benefício.

O fator previdenciário operou como redutor de benefícios, mas não poderia impedir a saída dos trabalhadores, mesmo com prejuízos manifestos em seus direitos conquistados ao longo do tempo. A vigente fórmula 85/95 também não passa de um jogo protelatório proposto por aqueles que não querem resolver os reais problemas da Previdência – que são muitos, mas deles se poderiam destacar pelo menos dois:

- 1) A ausência de uma idade mínima para as aposentadorias, que de imediato deveria ser fixada em vetor igual para os homens e para as mulheres, e que deveria ser estipulada em 65 anos.
- 2) O atrelamento dos reajustes dos benefícios às majorações do salário mínimo. Nenhum movimento de arrecadação acompanha a inflação. Assim, a cada ano, o custo dos aumentos concedidos aos benefícios só amplia a diferença entre a receita e a despesa da conta da Previdência.

Um problema que existia e que, felizmente, foi resolvido, consistia na fórmula de cálculo dos benefícios. Hoje, é considerado todo o período contributivo do segurado, refletindo melhor a realidade das receitas que sustentaram e sustentarão o pagamento das prestações, tanto para o segurado como para seus dependentes.

Muitos dirão que a Previdência Social brasileira está quebrada. Mas esses mesmos não dizem que há uma enorme dívida de maus pagadores que não está sendo cobrada e que poderia ser fonte de melhoria do equilíbrio das contas do sistema mais importante de proteção social que existe no Brasil.

O debate que se inicia não pode e não deve ser só econômico! Há um liame necessário na questão previdenciária entre o econômico e o social. Que aqueles que tiraram o S do nome do Conselho Nacional de Previdência, na mais recente medida provisória editada sobre o assunto, reparem que foi apenas um esquecimento.



Agenda das Principais Obrigações Junho/2016



DIAS	COMPROMISSOS
01/06	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de maio 2016
06/06	SALÁRIOS - MAIO
07/06	GPS - DOMÉSTICAS GFIP - MAIO
09/06	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - MAIO
13/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/06/2016
13/06	ICMS - COMÉRCIO - MAIO
15/06	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - MAIO
20/06	GPS - MAIO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - MAIO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - ABRIL
21/06	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - MAIO ICMS - INDÚSTRIA - MAIO
21/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/06/2016
23/06	ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - ABRIL
24/06	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente junho 2016
24/06	IPÍ - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - MAIO COFINS - MAIO PIS - MAIO
30/06	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - MAIO - ESTIMATIVA IRPJ - MAIO- ESTIMATIVA
01/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/06/2016



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 30264600

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade